

Serviço de Apoio  
às Micro e  
Pequenas  
Empresas da  
Paraíba -  
SEBRAE/PB

**Demonstrações financeiras em  
30 de junho de 2017**

## Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba - SEBRAE/PB

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro 2016 e junho de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2017	2016	Passivo	Nota	30/06/2017	2016
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.239	11.334	Fornecedores	10	295	357
Numerários vinculados a convênios e programas	5	6.492	254	Salários e encargos sociais		555	563
Valores a receber	6	5.479	5.053	Impostos a pagar		292	520
Outros créditos a receber	7	725	606	Obrigações com convênios e contratos	11	6.770	2.587
Total do ativo circulante		24.935	17.247	Provisões de férias e 13º salário	12	2.858	2.608
				Outras obrigações		373	46
<b>Não circulante</b>				Total do passivo circulante		11.143	6.681
Realizável a longo prazo				<b>Não circulante</b>			
Outros créditos a receber	9	-	-	Obrigações com sistema SEBRAE	8	1.934	2.111
Imobilizado		9.632	9.823	Outras obrigações a apropriar		200	200
Total do ativo não circulante		9.632	9.823	Provisões para contingências	13	919	908
				Total do passivo não circulante		3.053	3.219
				<b>Patrimônio líquido</b>	14		
				Superávit acumulado		16.953	13.686
				Ajustes de avaliação patrimonial		3.418	3.484
				Total do patrimônio líquido		20.371	17.170
<b>Total do ativo</b>		<b>34.567</b>	<b>27.070</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>34.567</b>	<b>27.070</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Walter Aguiar  
Diretor Superintendente

João Monteiro da Franca Neto  
Diretor de Administração e Finanças

Luiz Alberto Gonçalves Amorim  
Diretor Técnico

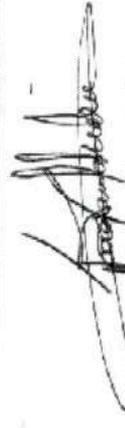
João Paulo de Araújo Medeiros  
Contador / CRC PB 010917

Balanco Orçamentário - Sebrae/PB										R\$ mil	
Período: Janeiro a Junho de 2017											
Receitas	Execução Período Anterior (a)	Ano Atual		Despesas	Execução Período Anterior (a)	Ano Atual		%	Δ % (c/a)	%	Δ % (c/a)
		Previsão Original (b)	Execução (c)			Previsão Original (b)	Execução (c)				
Receitas Correntes	27588	62519	30037	Despesas Correntes	23593	76239	26335	0	108,877	0	111,622
Contribuição Social Ordinária-CSO	21458	43594	21757	Pessoal, Encargos e Benefícios	12136	28990	13057	45,0	101,4	45,0	107,6
Contribuição Social do Sebrae/NA-CSN	3380	6823	4948	Serviços Profissionais e Contratados	6853	36488	8695	23,8	146,4	23,8	126,9
Convênios (Parceiros + Sebrae/NA)	805	1686	36	Demais Despesas Operacionais	4056	9482	4203	44,3	4,5	44,3	103,6
Aplicações Financeiras	835	800	830	Encargos Diversos	257	768	365	47,5	99,4	47,5	142,0
Empresas Beneficiadas	1037	9276	2285	Transferências	291	511	15	2,9	220,3	2,9	5,2
Outras Receitas	73	340	181						247,9		
<b>Déficit Corrente</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>Superávit Corrente</b>	<b>3995</b>	<b>3702</b>	<b>3702</b>			<b>#DIV/0!</b>	<b>#DIV/0!</b>
Receitas de Capital	691	0	0	Despesas de Capital	575	910	303	0	0	0	52,6967
Alienação de Bens				Investimentos / Outros	575,00	510,00	157,00	30,8	#DIV/0!	30,8	27,3
Oper. Crédito / Receb. Empréstimos	691			Amortização de Empréstimos	0,00	400,00	146,00	36,5	0,0	36,5	#DIV/0!
Saldo de Exercícios Anteriores		3500		Fundo de Reserva		-11130					
Receitas Totais	28279	66019	30037	Despesas Totais	24168	66019	26638	0	106,217	0	110,22
<b>Déficit Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>Superávit Total</b>	<b>4111</b>	<b>3399</b>	<b>3399</b>				
Total Geral	28279	66019	30037	Total Geral	28279	66019	30037	45,4975	106,217	45,4975	106,217

Walter Aguiar  
Diretor Superintendente

João Monteiro da Franca Neto  
Diretor de Administração e Finanças

Luiz Alberto Gonçalves Amorim  
Diretor Técnico

  
João Paulo de Araújo Medeiros  
Contador - CRC PB 010917

# Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba - SEBRAE/PB

## Demonstrações dos resultados

Para os períodos de três meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

		01/04/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
	<b>Nota</b>				
<b>Receitas operacionais</b>					
Receitas com Contribuição Social (CSO)	15	10.862	11.255	21.757	21.458
Receitas com Contribuição Social do Nacional (CSN)	15	3.458	2.321	4.948	3.380
Receita de empresas beneficiadas	16	1.226	707	2.285	1.052
Receita de convênios, subvenções e auxílios financeiros	17	36	750	36	786
Outras receitas	18	97	37	181	275
		<b>15.679</b>	<b>15.070</b>	<b>29.207</b>	<b>26.951</b>
<b>Custos e despesas de operacionalização</b>					
Pessoal, encargos e benefícios sociais	19	(6.904)	(6.430)	(13.057)	(12.136)
Serviços profissionais e contratados	20	(5.721)	(4.137)	(8.695)	(6.853)
Despesas de operacionalização	21	(2.343)	(2.363)	(4.203)	(4.056)
Depreciação e amortização		(210)	(222)	(421)	(443)
Outras despesas		(175)	(1.009)	(409)	(1.282)
		<b>(15.353)</b>	<b>(14.161)</b>	<b>(26.785)</b>	<b>(24.770)</b>
<b>Superávit antes das receitas (despesas) financeiras</b>		<b>326</b>	<b>909</b>	<b>2.422</b>	<b>2.181</b>
Receitas financeiras	22	435	545	830	854
Despesas financeiras	22	3	(32)	(52)	(62)
<b>Resultado financeiro líquidos</b>		<b>438</b>	<b>513</b>	<b>778</b>	<b>792</b>
<b>Superávit técnico do período</b>		<b>764</b>	<b>1.422</b>	<b>3.200</b>	<b>2.973</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Walter Aguiar  
Diretor Superintendente

João Monteiro da França Neto  
Diretor de Administração e Finanças

Luiz Alberto Gonçalves Amorim  
Diretor Técnico

  
João Paulo do Amaral Medeiros  
Contador - CRC PB 010917

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba - SEBRAE/PB**

**Exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2017**

*(Em milhares de Reais)*

	30/06/2017	30/06/2016
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Resultado técnico do exercício</b>	3.200	2.973
Ajustes para:		
Depreciação e Amortização		
Provisão para contingências	421	443
Valor residual do imobilizado baixado		
Correção monetária sobre obrigações com o sistema Sebrae		
Outros	-	
Resultado gerado da atividade operacional	3.621	3.416
<b>(Aumentos) reduções nos ativos e aumentos (reduções) nos passivos</b>		
Contas vinculadas	(6.238)	(3.248)
Créditos a receber	(210)	208
Transações ativas do Sistema SEBRAE	(216)	435
Outros créditos	(119)	(218)
Depósitos realizáveis a longo prazo	-	(16)
Fornecedores e caução	(62)	(240)
Salários, encargos sociais e impostos a pagar	(236)	(357)
Obrigações com convênios e contratos	(8)	(73)
Provisões de férias e 13º salário	249	210
Transações passivas do Sistema SEBRAE	4.015	1.589
Outras obrigações	328	148
Provisões para contingências	11	148
<b>Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais</b>	1.135	2.002
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de ativo imobilizado	(230)	(695)
<b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento</b>	(230)	(695)
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	905	1.307
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.334	8.691
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12.239	9.998
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	905	1.307

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Walter Aguiar  
Diretor Superintendente

João Monteiro da Franca Aeto  
Diretor de Administração e Finanças

Luiz Alberto Gonçalves Amorim  
Diretor Técnico

JOÃO MONTIEIRO DA FRANCA AETO  
Contador / CRC PH 010917

## Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba - SEBRAE/PB

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os períodos de três meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

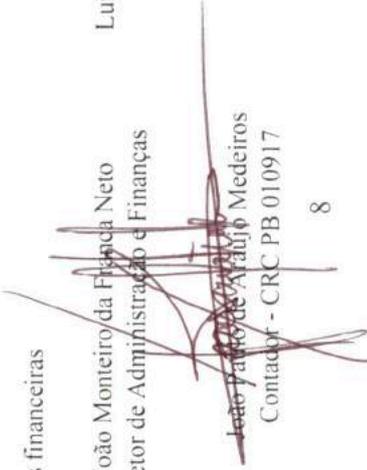
	Superávit acumulado	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	9.527	3.614	13.141
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	65	(65)	-
Superávit técnico do exercício	2.973	-	2.973
<b>Saldos em 30 de junho de 2016</b>	12.565	3.549	16.114
Saldos em 31 de dezembro de 2016	13.686	3.484	17.170
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	65	(65)	-
Superávit técnico do exercício	3.200	-	3.200
<b>Saldos em 30 de junho de 2017</b>	<b>16.951</b>	<b>3.419</b>	<b>20.370</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Walter Aguiar  
Diretor Superintendente

João Monteiro da Fátima Neto  
Diretor de Administração e Finanças

Luiz Alberto Gonçalves Amorim  
Diretor Técnico

  
João Paulo de Araújo Medeiros  
Contador - CRC PB 010917

# Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba - SEBRAE/PB

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os períodos de três meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	01/04/2016 a 30/06/2016	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
<b>Nota</b>				
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>	764	1.422	3.200	2.973
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Resultados abrangente do exercício</b>	<u>764</u>	<u>1.422</u>	<u>3.200</u>	<u>2.973</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Walter Aguiar  
Diretor Superintendente

João Monteiro da França Neto  
Diretor de Administração e Finanças

Luiz Alberto Gonçalves Amorim  
Diretor Técnico

João Paulo de Araújo Medeiros  
Contador - CRC PB 010917

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado da Paraíba (“SEBRAE/PB” ou “Entidade”) é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob a forma de serviço social autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. A Sede da Entidade está localizada à Avenida Maranhão, nº 983 - Bairro dos Estados - João Pessoa/PB.

O âmbito de atuação do SEBRAE/PB constitui-se no apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado da Paraíba, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE/PB recebe recursos oriundos do SEBRAE/Nacional que é o responsável pelos repasses de recursos aos Estados e Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País. Para manutenção de suas atividades poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. As unidades do Sistema SEBRAE dos Estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídos como entidades juridicamente autônomas.

O SEBRAE/PB é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 1º), por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de rendas fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12 § 2º e art. 15 § 2º).

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa da nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o Sebrae sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª. Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª. instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal, e portanto, não restringe a isenção da COFINS de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Mesmo que a decisão judicial despachada conforme acima venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, esta administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não-cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

O SEBRAE/PB faz o recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN sobre as receitas de empresas beneficiadas auferidas, de acordo com lei complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 e decreto nº 25.508 de 19 de janeiro de 2005 que define as notas fiscais de serviços, regulamenta a forma e prazo de recolhimento, da Secretaria de Fazenda.

## **2 Base de preparação**

### **2.1 Declaração de conformidade e base de mensuração**

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.2 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.



Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a revisão da vida útil sobre o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 9), provisões para contingências (Nota Explicativa nº 13) e os ativos, passivos e premissas de aposentadoria e demais benefícios de risco relativos a planos de benefícios pós-emprego (Nota Explicativa nº 23).

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua, pelo menos anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

**a. *Premissas de cálculos atuariais sobre o plano de benefícios de risco pós-emprego***

O valor atual de obrigações de benefícios de risco a empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o plano, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do plano.

A Entidade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do plano. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Entidade considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado (vide Nota Explicativa nº 23).

**b. *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas***

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em bases mensais. (Nota Explicativa nº 13).

**c. *Depreciação de ativos tangíveis***

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais que variam entre 1% a 25%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens.



Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis (Nota Explicativa nº 9).

### **3 Principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas de forma consistente com todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, a menos quando divulgado de forma diversa.

#### **a. Reconhecimento das receitas e despesas**

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas de contribuição Social Ordinária - CSO é relacionada com a transferências periódicas do SEBRAE Nacional para a Entidade, cujo registro é efetuado a partir do momento em que o direito ocorre, sendo normalmente recebida no mês de sua competência. Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB originadas do Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país) ao SEBRAE Nacional, que por sua vez repassa os recursos às Unidades Regionais do Sistema SEBRAE.

As receitas de Contribuição do Nacional - CSN é relacionada à execução dos projetos eleitos para o exercício e apropriada a partir da execução dos Projetos.

As receitas de convênio com parceiros são apropriadas de acordo com a execução das despesas correlatas aos respectivos convênios de origem.

As receitas de empresas beneficiadas são reconhecidas quando da efetiva prestação do serviço.

#### **b. Instrumentos financeiros não derivativos**

##### **(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados.

Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

##### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os

empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem o contas a receber e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Numerários vinculados a convênios e programas não compõem este grupo contábil.

**(ii) Passivos financeiros não derivativos**

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurado pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. (Nota Explicativa nº 10)

**(iii) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada, data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

**c. Classificação entre circulante e não circulante**

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são considerados como não circulantes.

**d. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo.

Terrenos e edifícios em uso foram mensurados ao valor justo quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 (custo atribuído).

**(ii) Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

**(iii) Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada dos bens. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes (ao ano):

Edifícios	33 anos
Máquinas e equipamentos	8 anos
Utensílios e acessórios	10 anos
Equipamentos de informática (impressora, scanner, outros)	3 anos
Equipamentos de informática (ativos rede, suporte)	5 anos
Equipamentos de informática (racks)	15 anos
Veículos	5 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

**e. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)**

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado e o intangível, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

**f. Provisões**

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revista e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para

liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos.

#### g. Benefícios a empregados

##### *Benefícios de curto prazo*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

##### *Benefícios pós-emprego*

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado da Paraíba - SEBRAE/PB é um dos patrocinadores solidários do plano de benefícios SEBRAEPREV, administrado e executado pelo SEBRAE Previdência - Instituto SEBRAE de Seguridade Social. O plano possui características de contribuição definida cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quanto incorridas, exceto pelo risco vinculado a projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte. Essa parcela de risco gera a obrigação atuarial de benefício pós-emprego sob a qual o SEBRAE/PB reconhece uma despesa de benefícios a empregados no resultado de cada exercício durante a carreira ativa de sua população.

Para apurar o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios de risco, o SEBRAE/PB contrata anualmente um atuário qualificado.

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2017	31/12/2016
Caixa	7	-
Contas bancárias (i)	333	313
Aplicações financeiras (ii)	18.109	11.021
(-) Ajuste na disponibilidade (iii)	(6.210)	-
<b>Total</b>	<b>12.239</b>	<b>11.334</b>

(i) São disponibilidades imediatas em caixa e em contas-correntes bancárias, cuja posição, no exercício findo em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, conforme descrito a seguir:

Bancos	30/06/2017	31/12/2016
Banco do Brasil	198	297
Caixa Econômica Federal	135	16
Banco do Nordeste do Brasil	-	-

<b>Total</b>	<u>333</u>	<u>313</u>
--------------	------------	------------

Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado a seguir:

<b>Bancos</b>	<b>Modalidade da aplicação</b>	<b>30/06/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Banco do Brasil	Fundo Milenio 10 (0,8259% a.m.)	11.033	4.372
Caixa Econômica Federal	CDB (0,8086% a.m.)	4.559	4.240
Banco do Nordeste do Brasil	CDB (0,8139% a.m.)	2.570	2.475
<b>Sub Total</b>		<u>18.162</u>	<u>11.087</u>
(-) Provisão IR		(53)	(66)
<b>Total</b>		<u>18.109</u>	<u>11.021</u>

(ii) Valor referente a transferência de recursos vinculados à execução de CSN.

## 5 Numerários vinculados a convênios e programas

	<b>30/06/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	
<b>Contas bancárias</b>	<u>198</u>	<u>45</u>	
	<b>198</b>	<b>45</b>	
<b>Aplicações financeiras</b>			
Banco do Brasil	Fundo Milenio 10 (1,0676% a.m.)	84	209
	<b>84</b>	<b>209</b>	
<b>Recursos vinculados a CSN</b>	<u>6.210</u>	<u>-</u>	
	<b>6.210</b>	<b>-</b>	
<b>Total</b>	<u>6.492</u>	<u>254</u>	

Correspondem a Recursos Financeiros vinculados aos Programas, projetos e convênios sob execução do SEBRAE/PB, e que são apresentados separadamente da rubrica “Caixa e Equivalentes de Caixas”, pois não constituem disponibilidade para a manutenção dos processos administrativos e operacionais da Entidade, conforme pronunciamento técnico CPC 03.

Os saldos das contas vinculadas compreendem a soma dos aportes financeiros de parceiros e a contrapartida do próprio SEBRAE/PB. A utilização de conta única para movimentação e aporte financeiro é prevista nos contratos dos convênios. As obrigações com parceiros em face dos depósitos recebidos são registradas na rubrica “Obrigações com Convênios e Contratos”, e detalhada na Nota Explicativa nº 11.

## 6 Valores a receber

	<b>30/06/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Créditos a receber (i)	84	14
Cheques e cartão (ii)	879	683
Convênios a executar (iii)	955	1.011
Transações do Sistema SEBRAE (iv)	<u>3.561</u>	<u>3.345</u>
<b>Total</b>	<u>5.479</u>	<u>5.053</u>

(i) Créditos a receber referente a operações de venda de produtos e cursos;

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas  
Empresas da Paraíba - SEBRAE/PB**  
Demonstrações financeiras em  
30 de junho de 2017

- (ii) Refere-se a Cheques e Cartões com possibilidades de recebimentos com processos iniciados;
- (iii) Refere-se a recursos liberados de convênios com entidades parceiras, aguardando a comprovação de despesa através de prestação de contas, conforme segue:

Liberação de convênio		30/06/2017	31/12/2016
<b>Liberação de convênios - Antigos</b>	<b>Vigência</b>	<b>671</b>	<b>671</b>
FUND.PARQUE TECN.DA PB	20/10/2008 A 20/04/2013	60	60
IEMPI	14/12/2010 A 12/12/2013	138	138
SENAR	01/04/2011 A 30/08/2014	48	48
FEDERAÇÃO DAS ASSOC.EMP.FACEP	15/05/2012 A 31/12/2013	140	140
FUND.PARQUE TECNOLÓGICO DA PB	05/11/2012 A 05/11/2014	60	60
FUND.PARQUE TECNOLÓGICO DA PB	05/11/2012 A 05/11/2014	165	165
FUND.PARQUE TECNOLÓGICO DA PB	05/11/2012 A 05/12/2014	60	60
Liberação de convênios Exerc. 2013		<b>369</b>	<b>369</b>
FUNAPE	25/02/2013 A 31/01/2014	10	10
FIEP	26/04/2013 A 10/11/2014	26	26
ABRASEL	14/10/2013 A 10/12/2013	14	14
SENAR	05/11/2013 A 31/12/2014	112	112
SEBRAE/PE	22/07/2013 A 21/07/2016	207	207
Liberação de convênios Exerc. 2014		<b>1.158</b>	<b>1.158</b>
FUND.PARQUE TECNOLÓGICO DA PB	27/11/2013 A 27/01/2016	75	75
FUND.PARQUE TECNOLÓGICO DA PB	27/11/2013 A 27/01/2017	63	63
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM - SENAR SEBRAE/PE	01/04/2011 A 30/08/2014	48	48
UNIVERSIDADE DE VALÊNCIA	07/07/2014 a 07/07/2016	277	277
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM - SENAR FIEP	05/11/2013 A 31/12/2014	254	254
	26/04/2013 A 30/11/2014	26	26
Liberação de convênios Exerc. 2015		<b>822</b>	<b>822</b>
FUND.PARQUE TECNOLÓGICO DA PB	05/11/2012 A 05/12/2016	60	60
FUND.PARQUE TECNOLÓGICO DA PB	05/11/2012 A 05/12/2016	90	90
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM - SENAR SEBRAE/PE	05/11/2013 A 31/12/2016	45	45
UNIVERSIDADE DE VALÊNCIA	22/07/2013 A 21/07/2016	350	350
	07/07/2014 a 07/07/2016	277	277
Liberação de convênios Exerc. 2016		<b>444</b>	<b>444</b>
FUND.PARQUE TECNOLÓGICO DA PB	27/11/2013 A 28/12/2016	75	75
SENAR	17/06/2016 A 07/12/2017	216	216
FUND.PARQUE TECNOLÓGICO DA PB	27/11/2013 A 12/12/2016	63	63
FUND.PARQUE TECNOLÓGICO DA PB	05/11/2012 A 05/07/2016	90	90
(-) Execução de Convênios		<b>(2.185)</b>	<b>(2.170)</b>
ABRASEL	14/10/2013 A 10/12/2013	(14)	(14)
SENAR	05/11/2013 A 31/12/2014	(379)	(379)
FUNAPE	25/02/2013 A 31/01/2014	(10)	(10)
SEBRAE/PE	22/07/2013 A 21/07/2016	(837)	(837)
FUND.PARQUE TECNOLÓGICO DA PB	20/10/2008 A 20/04/2013	(60)	(60)
SENAR	01/04/11 A 30/08/14	(80)	(80)
FUND.PARQUE TECNOLÓGICO DA PB	27/11/2013 A 28/12/2016	(75)	(75)
UNIVERSIDADE DE VALÊNCIA	07/07/2014 a 22/12/2016	(554)	(554)
FEDERAÇÃO DAS ASSOC.EMP.FACEP	15/05/2012 A 31/12/2013	(3)	(3)
FUND.PARQUE TECNOLÓGICO DA PB	05/11/2012 A 05/12/2016	(60)	(45)
FUND.PARQUE TECNOLÓGICO DA PB	05/11/2012 A 05/12/2016	(113)	(113)
(-) Devolução de Convênios		<b>(324)</b>	<b>(283)</b>
SENAR 09/2011	01/04/11 A 30/08/14	(15)	(15)
IEMPI	14/12/2010 A 12/12/2013	(5)	(5)
FUND.PARQUE TECNOLÓGICO DA PB	05/11/2012 A 05/12/2016	(7)	(7)
SENAR	05/11/2013 A 31/12/2014	(31)	(31)
SEBRAE/PE	22/07/2013 A 21/07/2016	(136)	(136)
FIEP	26/04/2013 A 10/11/2014	(52)	(52)
FUND.PARQUE TECNOLÓGICO DA PB	05/11/2012 A 05/12/2016	(15)	(15)
FEDERAÇÃO DAS ASSOC.EMP.FACEP	15/05/2012 A 31/12/2013	(26)	(22)
FUND.PARQUE TECNOLÓGICO DA PB	05/11/2012 A 05/12/2016	(8)	-
FUND.PARQUE TECNOLÓGICO DA PB	27/11/2013 A 28/12/2016	(11)	-
FUND.PARQUE TECNOLÓGICO DA PB	27/11/2013 A 28/12/2016	(18)	-

Total

955

1.011

(iv) Refere-se a recursos de Saldo de CSO do SEBRAE Nacional e CSN, já executados e pendentes de liberação.

## 7 Outros créditos a receber

O grupo é formado pelos adiantamentos a empregados e a terceiros e por créditos diversos relativo à contribuição social a receber do exercício anterior, conforme apresentado a seguir:

	30/06/2017	31/12/2016
Adiantamentos a empregados e a terceiros	706	574
Outros créditos	19	32
<b>Total</b>	<b>725</b>	<b>606</b>

Os valores de Adiantamentos a empregados e a terceiros, correspondem ao adiantamento de férias de funcionários do mês seguinte.

## 8 Transações com partes relacionadas

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

- Quaisquer entidades integrantes do Sistema SEBRAE;
- Pessoal chave da Administração;
- Fundo de Previdência Privada (SEBRAEPREV).
- Entidades associadas

As transações com as partes relacionadas estão resumidas conforme a seguir:

### Transações com o Sistema SEBRAE

Em 6 de julho de 2016, o SEBRAE Nacional emitiu nova redação para a IN 37, normativo que trata sobre os critérios e procedimentos da execução orçamentária e financeira no âmbito do Sistema SEBRAE. As alterações estão suportadas pela Nota Técnica UGOC nº 09/2016, de 6 de junho de 2016, aprovada pela Diretoria do SEBRAE Nacional, e que produziu, resumidamente, as seguintes alterações:

- (i) Eliminação da regra de transferência de recursos CSO aos SEBRAEs estaduais com base na capacidade de execução de gastos (90%) e mediante valores previamente orçados, passando a ser com base nos valores efetivamente arrecadados e transferidos pela Receita Federal do Brasil ao SEBRAE Nacional. Essa nova sistemática de repasse passou a valer da data de aprovação da IN 37 em julho de 2016, porém, com referência desde a data-base de janeiro de 2016. Consequentemente, também, passou a ser eliminada, a partir do exercício do 2016, a figura de CSO - Saldo (eventual diferença positiva entre os valores arrecadados e não repassados pelo SEBRAE Nacional aos SEBRAEs regionais, cujos repasses eram condicionados a eventos futuros).

- (ii) Configuração da obrigação corrente, a partir da vigência da IN 37 alterada em julho de 2016, do SEBRAE Nacional perante aos SEBRAEs regionais de repasse de quaisquer recursos de CSO - Saldo ainda não repassados e derivados de exercícios anteriores.

Assim, estas demonstrações financeiras contemplam o registro no ativo circulante (Transações com o Sistema SEBRAE) do valor total, sendo que a liquidação financeira ocorrerá no mês subsequentes.

**d. Créditos com o Sistema SEBRAE**

	30/06/2017	31/12/2016
Recursos de CSN/CSO - Ressarcimento a receber (i) (nota 6)	3.561	3.345
<b>Total</b>	<b>3.561</b>	<b>3.345</b>

- (i) Nesta rubrica são registrados créditos a receber do SEBRAE/NA, relativo aos recursos de “Contribuições Sociais Nacional - CSN” e “CSO Saldo”.

**e. Obrigações com o Sistema SEBRAE**

	30/06/2017	31/12/2016
CSN a comprovar/devolver (i)	6.210	1.299
Adiantamentos do SEBRAE NA – Circulante (ii)	536	419
Adiantamento do SEBRAE NA – Não circulante (ii)	1.934	2.111
<b>Total</b>	<b>8.680</b>	<b>3.829</b>

- (i) Nesta rubrica são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativo aos recursos de “Contribuições Sociais Nacionais - CSN” recebidas e ainda não aplicadas nos projetos específicos a que se destinam. Por ocasião do encerramento do exercício, conforme prevê a IN 37-15, o valor da CSN não utilizado será devolvido ao SEBRAE/NA. O registro mensal da receita CSN é feito com base nas informações do relatório de transferência do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME). Ao final do exercício de 2017 os acertos contábeis no SEBRAE/PB e no SEBRAE/NA deverão manter o equilíbrio entre os registros de direito e obrigação entre as partes. As informações do relatório de transferência de CSN do SME serão utilizadas como única fonte de informação para o acerto final do exercício.
- (ii) Estão contabilizados nesta rubrica o saldo da conta de antecipação de recursos a comprovar, proveniente de recursos recebidos do SEBRAE N/A, destinados para a ampliação e reforma da Agência Regional de Campina Grande - PB e aquisição de licenças de Microsoft.

	30/06/2017	31/12/2016
<b>Reforma da Agência de Campina Grande</b>		
Saldo inicial	2.436	1.061
Captação	-	1.258
Correção Monetária	87	117
Pagamentos Principal/Juros	(83)	-
<b>Saldo final</b>	<b>2.440</b>	<b>2.436</b>
<b>Circulante</b>	505	325
<b>Não circulante</b>	<b>1.935</b>	<b>2.111</b>

(a) *Termos e condições*

Contrato	Data	Modalidade	Moeda	Indexador	Ano vencido.	Valor	
						Contratado	Liberado
366/2016	22/07/2015	Mútuo com SEBRAE Nacional	R\$	TJLP	04 -2022	2.296	2.296
<b>Total</b>						<u>2.296</u>	<u>2.296</u>

O Sebrae Paraíba celebrou empréstimo com o Sebrae Nacional no montante de R\$ 2.296 mil em 22 de julho de 2015, a ser liberado em 3(três) parcelas, sendo a 1º parcela no valor de R\$ 1.038 mil, liberada após assinatura do contrato, a 2º parcela no valor de 691, a ser liberada após execução de 80% do saldo da 1 º parcela, e 3º parcela no valor de R\$ 567 mil, a ser liberado após execução de 80% da etapa anterior da obra. O valor contratado será pago em 60 parcelas, corrigidos pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, sendo a primeira com vencimento após carência de 6 (seis) meses, contados a partir da liberação da última parcela do empréstimo. O comprometimento anual da receita advinda da contribuição social ordinária será de no máximo 1,29%.

(b) *Cronograma de amortização da dívida*

Vencimento	Contrato nº 366/2016	
	Valor	%
2016	-	0%
2017	253	10%
2018	505	21%
2019	505	21%
2020	505	21%
2021	505	21%
2022	167	6%
<b>Total</b>	<u>2.440</u>	<u>100%</u>

(c) *Quebra de cláusulas contratuais (covenants)*

O contrato contém cláusula que estabelece que a não aplicação do recurso na reforma e ampliação da Agência Regional da Campina Grande - PB será motivo de rescisão e os valores remanescentes em débitos serão descontados, de uma só vez, da primeira transferência ordinária a quem tenha direito e que se seguir à inadimplência.

Aquisição de licenças de Microsoft	30/06/2017	31/12/2016
Saldo inicial	95	221
Captação	-	-
Pagamentos	(63)	(126)
<b>Saldo Final</b>	<u>32</u>	<u>95</u>
<b>Circulante</b>	32	95
<b>Não Circulante</b>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<b>32</b>	<b>95</b>

O Sebrae Nacional adquiriu junto à Dell a licença de softwares da Microsoft para todas as UF's, efetuando o pagamento por estas. Este pagamento será descontado das UF's em 24 parcelas fixas, através de descontos mensais no repasse do CSO, sem a cobrança de Juros ou correção monetária. Para o Sebrae PB o montante foi de R\$ 252 Mil e será descontado mensalmente o valor de R\$ 10 Mil, finalizando em setembro de 2017.

**Cronograma de amortização da dívida**

Vencimento	Valor	%
2017	32	100%
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>100%</b>
<b>Circulante</b>	<b>32</b>	<b>100%</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>

**f. Transações de resultado**

Descrição	01/04/2017	01/04/2016	01/01/2017	01/01/2016
	a	a	a	a
Contribuição Social Ordinária (CSO)	<b>30/06/2017</b> 10.862	<b>30/06/2016</b> 11.255	<b>30/06/2017</b> 21.757	<b>30/06/2016</b> 21.458
Contribuição Social Nacional (CSN)	3.458	2.321	4.948	3.380
<b>Total</b>	<b>14.320</b>	<b>13.576</b>	<b>26.705</b>	<b>24.838</b>

As transações que afetam o resultado correspondem às contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE/NA, com base na arrecadação do ano anterior acrescido da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

**g. Operações com pessoal-chave da Administração**

*Empréstimos para diretores*

A Entidade não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes.

**Remuneração de pessoal-chave da Administração**

Contemplam os membros do Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o art.9º, inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE Nacional e Art. 6º do Estatuto Social dos SEBRAE/UF é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativos e Fiscal. É competência dos Conselhos Deliberativo Nacional - CDN e Estadual - CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva.

A seguir, quadro demonstrativo com valores acumulados de remuneração do pessoal chave da Administração:

Descrição	01/04/2017	01/04/2016	01/01/2017	01/01/2016
	a	a	a	a
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Remuneração	165	106	304	236
Benefícios	26	24	50	47
<b>Total</b>	<b>191</b>	<b>130</b>	<b>354</b>	<b>283</b>

**h. Operações com entidades associadas**

As operações com entidades associadas (conforme divulgado na Nota 1) são firmadas através de convênios ativos, que geram despesas quando da baixa destes (conforme divulgado na Nota 7 iii), e passivos, que geram despesas no momento da execução dos projetos (conforme divulgados na Nota 18).

**9 Ativo imobilizado**

A seguir a movimentação do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2016 e junho de 2017:

	Taxa anual de depreciação	Valor em 31/12/2016	Aquisições	Baixas	Valor em 30/06/2017
<i>Custo contábil</i>					
Terreno	-	1.388	-	-	1.388
Edificações	3,03%	4.949	-	-	4.949
Obras em Andamento		2.393	202	-	2.595
Móveis e utensílios	10,00%	2.091	1	-	2.092
Veículos e assessorios	20,00%	255	-	-	255
Máquinas e equipamentos	12,50%	873	27	-	900
Equipamentos de informática	20,00%	2.318	-	-	2.318
<b>Total do custo</b>		<b>14.267</b>	<b>230</b>	<b>-</b>	<b>14.497</b>
<b>Total da depreciação acumulada</b>		<b>(4.444)</b>	<b>(421)</b>	<b>-</b>	<b>(4.865)</b>
<b>Total líquido</b>		<b>9.823</b>	<b>(191)</b>	<b>-</b>	<b>9.632</b>

## 10 Contas a pagar a fornecedores e outros

A seguir, apresentamos saldo de contas a pagar a fornecedores de materiais e serviços e outras obrigações:

	<b>30/06/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Fornecedores	295	357
<b>Total</b>	<b>295</b>	<b>357</b>

O saldo demonstrado nesta conta refere-se a despesas não pagas na competência. O prazo médio de pagamento aos fornecedores de materiais e serviços é de 30 dias.

## 11 Obrigações com convênios e contratos

Refere-se a saldos de recursos resultantes de convênios, ainda não utilizados, conforme demonstrativo abaixo:

	<b>30/06/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Convênios</b>		
Setde/Artez.	-	33
Sebrae/Francal	24	
	<u>24</u>	<u>33</u>
<b>Transações do Sistema Sebrae</b>		
Adiantamento Sistema Sebrae	536	419
CSN a Comprovar/Devolver	6.210	2.135
	<u>6.746</u>	<u>2.554</u>
<b>Total</b>	<u><b>6.770</b></u>	<u><b>2.587</b></u>

Os valores a comprovar referem-se a verbas recebidas de parceiros nos respectivos convênios que serão utilizados na execução de projetos. Após a execução e comprovação dos gastos efetuados, esses montantes serão apropriados ao resultado como receitas de convênios e subvenções.

## 12 Obrigações trabalhistas

	<b>30/06/2016</b>	<b>31/12/2016</b>
Provisão de férias	1.586	1.966
INSS S/ férias	336	417
FGTS S/ férias	127	157
Salário educação s/ férias	40	49
PIS s/ férias	16	19
Subtotal	<u>2.105</u>	<u>2.608</u>
Provisão de 13º Sal.	609	-
INSS S/ 13º Sal.	129	-
FGTS S/ 13º Sal.	-	-
Salário educação s/ 13º Sal.	15	-
PIS s/ 13º Sal.	-	-
Subtotal	<u>753</u>	<u>-</u>

<b>Total</b>	<b>2.858</b>	<b>2.608</b>
--------------	--------------	--------------

- (i) Corresponde às provisões de férias e 13º salário, e seus respectivos encargos sociais pertinentes, constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro de pessoal até a data do balanço;

### 13 Provisões para contingências

A seguir demonstramos a composição das obrigações, por natureza, relacionadas aos processos judiciais e administrativos classificados pela assessoria interna do SEBRAE/PB como risco “provável” de perda:

	Provisão	
	30/06/2016	31/12/2016
Riscos Trabalhistas	108	163
Riscos Cíveis	-	-
Riscos Fiscais	811	745
<b>Total</b>	<b>919</b>	<b>908</b>

#### a. Movimentação das contingências

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	163	-	745	908
Provisões feitas durante o ano	3	-	66	69
Provisões revertidas durante o ano	(58)	-	-	(58)
<b>Saldo em 30 de junho de 2017</b>	<b>108</b>	<b>0</b>	<b>811</b>	<b>919</b>

As provisões foram constituídas com base no parecer da assessoria jurídica do SEBRAE/PB e determinação da Diretoria.

A Entidade possui sete ações classificadas com probabilidade de perda possível, com base em seus controles e assessores jurídicos, perfazendo o total de R\$ 1.134.

### 14 Patrimônio líquido

	30/06/2017	31/12/2016
Superávit Acumulado	13.753	9.658
Superávit (déficit) do exercício	3.200	4.029
Ajuste Avaliação Patrimonial	3.418	3.483
<b>Total</b>	<b>20.371</b>	<b>17.170</b>

#### a. Composição do patrimônio líquido

O patrimônio social é representado pelos superávits acumulados bem como pelo saldo de ajuste de avaliação patrimonial representado pela mais valia do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, sendo este realizado de acordo com a depreciação dos bens de origem.

#### b. Superávit acumulado

Refere-se aos resultados apurados em exercícios anteriores.

**c. Superávit (déficit) do exercício**

Representa o resultado auferido no exercício social corrente. Após deliberação pela Administração, esses valores são absorvidos pelo patrimônio social da Entidade. O superávit apurado no exercício findo em 30 de junho de 2017 foi de R\$ 3.200.

**d. Ajuste de avaliação patrimonial**

O saldo apresenta a contrapartida do custo atribuído a determinados bens do imobilizado, resultado da adoção inicial do CPC 27 - Imobilizado em 2010, que está sendo realizado na proporção dos itens remensurados.

**15 Receitas com contribuição social**

Descrição	01/04/2017	01/04/2016	01/01/2017	01/01/2016
	a	a	a	a
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Contribuição Social Ordinária (CSO)	10.862	11.255	21.757	21.458
Contribuição Social Nacional (CSN)	3.458	2.321	4.948	3.380
<b>Total</b>	<b>14.320</b>	<b>13.576</b>	<b>26.705</b>	<b>24.838</b>

**a. Contribuição Social Ordinária (CSO)**

Nesta conta são registradas as contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE Nacional, com base na arrecadação do ano anterior acrescida da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

**b. Contribuição Social Nacional (CSN)**

Recursos transferidos pelo SEBRAE/NA para os SEBRAE/UF para execução de: chamadas públicas de projetos, projetos especiais, projetos estruturantes e ressarcimentos de despesas com destinação específica do orçamento do SEBRAE/UF (IN.37.15).

**16 Receitas de empresas beneficiadas**

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da prestação de serviços a terceiros, como treinamento, elaboração de projetos, consultoria, palestras, entre outros, conforme demonstrado:

Descrição	01/04/2017	01/04/2016	01/01/2017	01/01/2016
	a	a	a	a
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Treinamentos	192	191	297	349
Consultoria	704	186	1.272	346
Feiras	220	248	580	272
Palestras	22	19	30	23
Empretec	88	63	106	62
<b>Total</b>	<b>1.226</b>	<b>707</b>	<b>2.285</b>	<b>1.052</b>

## 17 Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da utilização dos recursos recebidos de convênios firmados com o SEBRAE/NA e outras entidades, referente à execução de projetos pelo SEBRAE/PB.

Descrição	01/04/2017	01/04/2016	01/01/2017	01/01/2016
	a	a	a	a
	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Moinho Dias Branco	36	-	36	-
Convênio Setde/Mineral 12/2014 (4323)	-	-	-	33
Convênio CINEP/42ª F. Int. Calç.	-	5	-	5
Convênio Setde 23º Salão Art.	-	741	-	741
Convênio SETDE/CAP. TURISMO- 21/2 (4307)	-	4	-	7
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>750</b>	<b>36</b>	<b>786</b>

## 18 Outras receitas operacionais

Descrição	01/04/2017	01/04/2016	01/01/2017	01/01/2016
	a	a	a	a
	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Recuperação e restituições	38	6	53	21
Alugueis	26	26	52	52
Reversão de provisões	2	-	45	15
Outras Receitas	31	5	31	187
<b>Total</b>	<b>97</b>	<b>37</b>	<b>181</b>	<b>275</b>

## 19 Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais

Descrição	01/04/2017	01/04/2016	01/01/2017	01/01/2016
	a	a	a	a
	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Salário e Proventos	(3.565)	(3.328)	(6.566)	(6.078)
13º. Salário	(307)	(283)	(609)	(563)
Férias	(436)	(405)	(876)	(783)
Outros gastos com pessoal	(31)	(29)	(62)	(72)
Encargos Sociais	(1.391)	(1.295)	(2.572)	(2.395)
Benefícios Sociais	(1.174)	(1.090)	(2.372)	(2.245)
<b>Total</b>	<b>(6.904)</b>	<b>(6.430)</b>	<b>(13.057)</b>	<b>(12.136)</b>

Nesta rubrica são registradas as despesas com salários, rescisões, horas extras, adicionais e outros proventos, bem como encargos e benefícios relacionados à folha de pagamento.

## 20 Despesas com serviços profissionais e contratados

Descrição	01/04/2017	01/04/2016	01/01/2017	01/01/2016
	a	a	a	a
	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Instrutoria e Consultoria	(3.936)	(2.409)	(5.494)	(3.240)
Serviços Técnicos e Especializados	(397)	(414)	(667)	(834)
Manutenção, Segurança e Limpeza	(398)	(435)	(802)	(960)
Demais Serviços contratados	(947)	(842)	(1.673)	(1.763)
Encargos Sociais s/ serv. terceiros	(43)	(37)	(59)	(56)
<b>Total</b>	<b>(5.721)</b>	<b>(4.137)</b>	<b>(8.695)</b>	<b>(6.853)</b>

- (i) Nesta rubrica são registradas as despesas de serviços de terceiros (Pessoa Jurídica e Física) que compreendem a contratação de consultoria, instrutores e serviços técnicos especializados diversos para atender os projetos coletivos e individuais, apresentando variações normais de acordo com a demanda dos projetos.
- (ii) São considerados na rubrica os serviços de manutenção, segurança e limpeza e os encargos sociais s/ serviços prestados.
- (iii) Representados, substancialmente, por despesas com organização e promoção de eventos, locação de mão de obra e bolsa auxílio de estagiários.

## 21 Despesas com custo de operacionalização

Descrição	01/04/2017	01/04/2016	01/01/2017	01/01/2016
	a	a	a	a
	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Despesa de Viagem	(956)	(889)	(1.735)	(1.200)
Aluguéis e Encargos	(450)	(360)	(846)	(795)
Divulgação, Anúncios, Publicidade e Propaganda	(109)	(120)	(133)	(316)
Serviços Gráficos e de Reprodução	(155)	(194)	(273)	(339)
Serviço de Comunicação em Geral	(220)	(312)	(422)	(572)
Materiais de Consumo	(201)	(260)	(367)	(412)
Demais custo e despesas Gerais	(252)	(228)	(427)	(422)
<b>Total</b>	<b>(2.343)</b>	<b>(2.363)</b>	<b>(4.203)</b>	<b>(4.056)</b>

Nesse grupo são registrados todos os gastos com aluguéis de equipamentos, veículos, imóveis, publicidade, espaços para feiras, serviços gráficos, materiais de consumo, passagens e transportes, diárias e hospedagem, referente aos diversos projetos da Entidade.

## 22 Resultado financeiro líquido

A seguir apresentamos o resultado financeiro líquido referente aos exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 2016, das receitas e despesas financeiras decorrentes das aplicações dos recursos da Entidade.

Descrição	01/04/2017	01/04/2016	01/01/2017	01/01/2016
	a	a	a	a
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Receitas financeiras				
Rendimentos Recursos Ordinários	79	155	208	247
Rendimentos Recursos Próprios	219	262	428	447
Outros Rendimentos	137	128	194	160
Subtotal	435	545	830	854
Despesas financeiras	3	(32)	(52)	(62)
Subtotal	3	(32)	(52)	(62)
<b>Total receita financeira líquida</b>	<b>438</b>	<b>513</b>	<b>778</b>	<b>792</b>

## 23 Benefícios a empregados pós-emprego

### 2.1 Descrição geral das características do plano

O plano SEBRAEPREV possui benefícios de risco que podem gerar ganhos ou perdas atuariais. O plano possui as seguintes características:

*Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano SEBRAEPREV são:*

- Aposentadoria normal.
- Aposentadoria antecipada.
- Aposentadoria por invalidez.
- Pensão por morte.
- Institutos de auto patrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

*Os benefícios de risco assegurados pelo plano SEBRAEPREV aos seus participantes são:*

- Projeção de contribuição em caso de invalidez.
- Projeção de contribuição em caso de morte.

*O referido plano não inclui:*

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões;
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

Para se calcular os valores envolvidos o SEBRAE /PB contrata anualmente, por ocasião do encerramento do exercício social, empresa especializada para cálculo de possíveis obrigações atuariais a serem contabilizadas em suas demonstrações financeiras.

O total de contribuições reconhecidas como despesas, nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017, é de R\$ 439, conforme demonstrado a seguir:

<b>Contribuições</b>	<b>30/06/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Básica	207	422
Serviços Passados	8	20
Voluntárias	52	92
	<hr/>	<hr/>
<b>Participantes</b>	<b>267</b>	<b>534</b>
Básica	166	353
Benefícios de Risco	6	13
	<hr/>	<hr/>
<b>Patrocinador</b>	<b>172</b>	<b>366</b>
	<hr/>	<hr/>
<b>Total</b>	<b>439</b>	<b>900</b>

## 24 Instrumentos financeiros - Gestão de riscos

Da mesma forma que em todos os outros negócios, a Entidade poderá estar exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez e
- Risco de mercado (taxa de juros).

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

### **Principais instrumentos financeiros**

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa (inclui: caixa, contas bancárias e aplicações em fundos de investimento).

- Contas a receber.
- Contas bancárias e aplicações vinculadas a programas especiais.
- Contas a pagar a fornecedores e outras.

### **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados pelo Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal ou Banco do Nordeste do Brasil. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimento que são representados relevantemente por títulos públicos federais. Os valores derivados de recebíveis de terceiros possuem acompanhamento (Nota Explicativa nº 6). Outros recebíveis são decorrentes de transação com o próprio Sistema SEBRAE, cujo risco de crédito de praticamente nulo.

A Entidade não contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de crédito.

### **Exposição a risco de crédito**

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

<b>Ativos financeiros</b>	<b>Nota</b>	<b>30/06/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Caixa e equivalentes de caixa	04	12.239	11.334
Numerários vinculados a projetos e convênios	05	6.492	254
Contas a receber de clientes	06	5.479	5.053
Outros créditos	07	725	606

### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Em 30 de junho de 2017, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros da Entidade é apresentado a seguir (valores contábeis):

<b>Passivos financeiros</b>	<b>Valor em 30/06/2017</b>	<b>Até 6 meses</b>	<b>1 ano</b>	<b>Mais de 1 ano</b>
Benefícios a empregados e obrigações fiscais	555	555	-	-
Obrigações com convênios e contratos	6.770	6.770	-	-
Contas a pagar a fornecedores e outros	295	295	-	-
Obrigações trabalhistas	2.858	2.858	-	-

Em 30 de junho de 2017 não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Entidade.

O fluxo de pagamentos mantido pela Entidade é de 30 dias, não havendo escalonamento dos saldos em aberto por período superior.

**Risco de mercado (taxa de juros)**

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 4, as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

Adicionalmente, para a gestão dos investimentos financeiros, o Sistema SEBRAE por meio do SEBRAE Nacional possui contrato de prestação de serviços com consultoria técnica externa que efetua acompanhamento periódico do comportamento dos títulos e valores mobiliários constantes nas carteiras dos fundos de investimentos, bem como da rentabilidade auferida mensalmente em comparação com os principais indicadores financeiros de mercado.

A Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.

**Análise de sensibilidade**

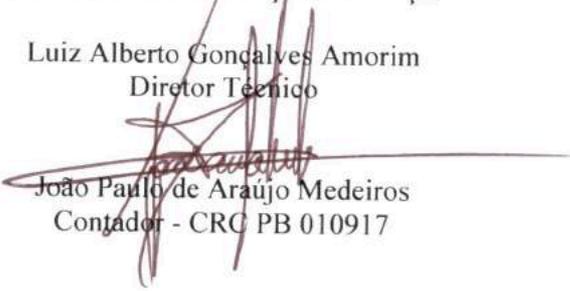
Conforme disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, o SEBRAE/PB desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros da Entidade que estão sujeitos às oscilações nas taxas SELIC, com base nos relatórios de Inflação e de Mercado do Banco Central do Brasil, relativo às aplicações financeiras realizadas nos Fundos BB Milênio, CEF Flex Empresarial e BNB Plus.

\* \* \*

Walter Aguiar  
Diretor Superintendente

João Monteiro da Franca Neto  
Diretor de Administração e Finanças

Luiz Alberto Gonçalves Amorim  
Diretor Técnico

  
João Paulo de Araújo Medeiros  
Contador - CRC PB 010917